



24 de Janeiro de 2010

CARGO Nº 23

AUDITOR PLENO

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 40 e 1 redação.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

Duração total da prova: 4 horas e 30 minutos

Anote o seu gabarito.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.



EM BRANCO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Nos termos da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviço público, assinale a **CORRETA**:

- I. Poder concedente é a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontra o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão.
- II. Permissão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- III. Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
- IV. Concessão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

- A) Somente a I está correta.
- B) Somente a II esta correta.
- C) Somente a II e III estão corretas.
- D) Somente a I e a III estão corretas.**
- E) Somente a III está correta.

2. Nos termos da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre os regimes de concessão e permissão da prestação de serviço público, são cláusulas essenciais do contrato, **EXCETO** a que se refere:

- A) Aos bens irreversíveis.**
- B) Ao objeto, à área e ao prazo da concessão.
- C) Ao modo, forma e condições de prestação do serviço.
- D) Aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- E) Ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas.

3. Com base na Lei nº 9.427/96, que dispõe sobre a Agência Nacional de Energia Elétrica, constituem receitas da ANEEL, **EXCETO**:

- A) Rendimentos de operações financeiras que realizar.
- B) Recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais.
- C) Doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados.
- D) Valores apurados na venda ou no aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.
- E) Recursos oriundos da cobrança de impostos sobre serviços de energia elétrica.**

4. Tendo em vista o disposto na resolução nº 456/2000, que estabelece as condições gerais de fornecimento de Energia Elétrica, efetivado o pedido de fornecimento à concessionária, esta cientificará ao interessado quanto à obrigatoriedade de, **EXCETO**:

- A) Observância, nas instalações elétricas da unidade prestadora de serviços, das normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou outra organização credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, e das normas e padrões da concessionária, postos à disposição do interessado.**
- B) Instalação, pelo interessado, quando exigido pela concessionária, em locais apropriados de livre e fácil acesso, de caixas, quadros, painéis ou cubículos destinados à instalação de medidores, transformadores de medição e outros aparelhos da concessionária, necessários à medição de consumos de energia elétrica e demandas de potência, quando houver, e à proteção destas instalações.
- C) Declaração descritiva da carga instalada na unidade consumidora.
- D) Celebração de contrato de fornecimento com consumidor responsável por unidade consumidora do Grupo "A".
- E) Aceitação dos termos do contrato de adesão pelo consumidor responsável por unidade consumidora do Grupo "B".

5. Com base na redação da resolução nº 456/2000, que estabelece as condições gerais de fornecimento de Energia Elétrica, o ponto de entrega de energia elétrica deverá situar-se no limite da via pública com o imóvel em que se localizar a unidade consumidora, ressalvados os seguintes casos, **EXCETO**:



- A) Havendo uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localizar a unidade consumidora, o ponto de entrega situar-se-á no limite da via pública com a primeira propriedade intermediária.
- B) Nos casos de prédios de múltiplas unidades, cuja transformação pertença à concessionária e esteja localizada no interior do imóvel, o ponto de entrega situar-se-á na saída do barramento geral.
- C) Em área servida por rede aérea, havendo interesse do consumidor em ser atendido por ramal subterrâneo, o ponto de entrega situar-se-á na conexão deste ramal com a rede aérea.
- D) Quando se tratar de linha de propriedade do consumidor, o ponto de entrega situar-se-á na estrutura inicial desta linha.
- E) Havendo conveniência técnica e observados os padrões da concessionária, o ponto de entrega poderá situar-se dentro do imóvel em que se localizar a unidade consumidora.
6. Na auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, com a finalidade principal de:
- A) Verificar se os sistemas funcionam da forma que estão previstos.
- B) Proporcionar a emissão de relatório de recomendação de melhorias requeridas.
- C) Determinar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria.
- D) Constatar pontos fracos e ineficiências que possam gerar fraudes e erros.
- E) Proporcionar conhecimentos básicos sobre a empresa e sua organização.
7. Sob o aspecto administrativo, a auditoria atua sobre a riqueza patrimonial de modo a:
- A) Reduzir a ineficiência, a negligência e a improbidade dos empregados e administradores.
- B) Contribuir para uma melhor utilização das contas contábeis e do plano de contas.
- C) Assegurar maior exatidão dos custos e estabelecimentos de padrão para os custos diretos e indiretos.
- D) Melhorar os controles dos bens, direitos e obrigações e ainda aumentar a exatidão dos custos indiretos.
- E) Otimizar a utilização de recursos humanos e materiais e melhorar a utilização das contas.
8. Um dos principais objetivos do auditor interno é:
- A) Verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes.
- B) Examinar a demonstração do resultado do exercício e emitir seu parecer.
- C) Descobrir todas as irregularidades e emitir relatório sobre o fato.
- D) Verificar Fraudes.
- E) Examinar os controles internos e emitir sua opinião via relatório.
9. Um dos pontos dos sistemas que diferenciam o auditor interno do externo é:
- A) A forma de avaliar o sistema de controle interno.
- B) A forma de se portar na empresa e o nível de responsabilidade.
- C) A forma de prepara os papéis de trabalho.
- D) O volume de testes nos serviços realizados.
- E) A elaboração das demonstrações financeiras.
10. Assinale a opção **CORRETA**:
- A) De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, auditoria interna é atribuição privativa de contadores.
- B) A utilização de trabalho de especialistas provoca perda de autonomia do auditor interno.
- C) O auditor interno não deve prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou aos órgãos equivalentes do empregador.
- D) O dever de manter sigilo encerra-se três anos após terminado o vínculo empregatício do auditor interno.
- E) O conhecimento da execução orçamentária não é um fator relevante para os trabalhos do auditor interno.
11. Assinale a opção que **NÃO** representa uma responsabilidade do auditor interno na execução dos seus trabalhos, conforme as Normas Profissionais do Auditor Interno:
- A) Ter o máximo de cuidado, imparcialidade e zelo na realização dos trabalhos e na exposição das conclusões.
- B) Prevenir e detectar todas as fraudes e os erros ocorridos na entidade é responsabilidade primária do auditor interno.
- C) A amplitude do trabalho e a responsabilidade do auditor interno limitam-se a sua área de atuação.
- D) Formar equipe de auditoria interna composta por pessoas com capacitação profissional requerida pelas circunstâncias.
- E) Cabe ao auditor interno, quando solicitado, prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou órgão equivalente.



12. Para o fornecimento de evidências às conclusões e recomendações da auditoria interna, as informações devem ser:
- A) Suficientes, adequadas, relevantes e úteis.
 - B) Relevantes, razoáveis, exatas e adequadas.
 - C) Suficientes, comprobatórias, subjetivas e úteis.
 - D) Adequadas, calculáveis, hábeis e comprobatórias.
 - E) Objetivas, exatas, razoáveis e adequadas.
13. O auditor independente, na avaliação de um trabalho específico da auditoria interna cuja utilização é pretendida, deve considerar:
- A) Se a economia de horas e de pessoal é compensadora, uma vez que a auditoria interna já executou diversos testes de mesma natureza.
 - B) Se o alcance dos trabalhos efetuados pela auditoria interna pode ser satisfatoriamente adequado à necessidade do auditor independente.
 - C) A qualidade dos trabalhos dos auditores internos, visto que, por conhecerem melhor as atividades da empresa, seus trabalhos são confiáveis.
 - D) O conhecimento dos auditores internos, principalmente nas áreas de maior risco de auditoria, uma vez que a responsabilidade é compartilhada.
 - E) Se o alcance do trabalho e seus programas correlatos são adequados, e se a avaliação preliminar da auditoria interna permanece apropriada.
14. Na execução dos trabalhos de auditoria, ao determinar a amostra a ser trabalhada, devem ser considerados os seguintes fatores:
- A) Erro circunstancial, efeitos irrelevantes, tamanho da amostra.
 - B) Efeitos irrelevantes, erros circunstanciais, erro esperado.
 - C) Risco da amostragem, erro tolerável, população objeto da amostra.
 - D) Erro inesperado, risco da amostragem, população objeto da amostragem.
 - E) Desvio estatístico, estratificação, objeto da amostra, efeitos retardatários.
15. Os procedimentos de revisão analítica pertencem ao conjunto de:
- A) Testes substantivos.
 - B) Testes de observância.
 - C) Testes de transações e saldos.
 - D) Testes de controles internos.
 - E) Testes de inventários físicos.
16. Os procedimentos de auditoria que têm por finalidade obter evidências quanto à suficiência, à exatidão e à validade dos dados gerados pelo sistema de contabilidade da entidade são denominados testes:
- A) De observância.
 - B) De controle.
 - C) Substantivos.
 - D) De aderência.
 - E) De existência.
17. A obtenção de informações de pessoas ou entidades, para confirmação de transações, conhecida na atividade de auditoria como “circularização”, pode ser de dois tipos quanto à forma de resposta:
- A) Branca e preta.
 - B) Aberta e fechada.
 - C) Interna e externa.
 - D) Positiva e negativa.
 - E) Ativa e passiva.
18. A conclusão sobre as adequadas mensuração, apresentação e divulgação das transações econômico-financeiras, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, é um dos objetivos dos:
- A) Testes de observância.
 - B) Testes de procedimentos.
 - C) Procedimentos de confirmação.
 - D) Procedimentos de Inspeção.
 - E) Testes substantivos.
19. O auditor realiza o procedimento técnico de inspeção para:
- A) Verificação do comportamento de valores relevantes.
 - B) Acompanhamento de processos no momento da execução.
 - C) Conferência de exatidão aritmética de documentos e registros.
 - D) Exame de registros, documentos e ativos intangíveis.
 - E) Obtenção de informações de terceiros.
20. O procedimento de auditoria de verificação do comportamento de valores relevantes, mediante índices, quocientes e outros meios, visando identificar tendências ou situações anormais, denomina-se:
- A) Revisão analítica.
 - B) Observação.
 - C) Investigação e confirmação.
 - D) Conferência de cálculos.
 - E) Inspeção.



21. A técnica de amostragem estatística, em que se divide a população em subgrupos homogêneos, visando, por exemplo, a diminuição do tamanho da amostra, é denominada:
- A) Amostragem por conglomerado.
 - B) Amostragem sistemática.
 - C) Amostragem por julgamento.
 - D) Amostragem não probabilística.
 - E) Amostragem estratificada.
22. O conjunto de parâmetros formado por confiança, precisão, desvio-padrão da população e tamanho da população determina o:
- A) Desvio-padrão normal.
 - B) Intervalo de confiança.
 - C) Tamanho da amostra.
 - D) Erro-padrão da média.
 - E) Gerador de números aleatório.
23. O termo estatístico que define o maior valor que um auditor poderia considerar irrelevante na auditoria de determinada rubrica contábil é denominada:
- A) Precisão.
 - B) Desvio-padrão.
 - C) Variância.
 - D) Intervalo de confiança.
 - E) Erro-padrão.
24. O auditor comparou os valores constantes no orçamento anual, elaborado pela administração da entidade auditada, com os valores apresentados nos balancetes analíticos contábeis. O procedimento de auditoria aplicado, nesse caso, é denominada:
- A) Cálculo.
 - B) Revisão analítica.
 - C) Observação.
 - D) Investigação e confirmação.
 - E) Inspeção.
25. O levantamento do sistema de controle interno pode ser realizado pela leitura de manuais internos de organização e procedimentos, pela conversa com funcionários da empresa e também:
- A) Pela inspeção física desde o início da operação em exame (compra, venda, pagamento etc.) até o registro da razão geral.
 - B) Pela leitura de periódicos, inclusive balanços publicados.
 - C) Por informações de terceiros, por pesquisa em periódicos e por informações fornecidas pelos empregados.
 - D) Por informações de terceiros e pela leitura de relatórios gerenciais.
 - E) Por informações privilegiadas fornecidas pelos administradores da empresa.
26. Durante a fase de testes de observância, o auditor constatou algumas imperfeições no ciclo de compras e foi necessário aumentar o nível de risco de detecção. Assim, pode-se afirmar que o auditor deve:
- A) Aumentar os testes de controle.
 - B) Diminuir os testes substantivos.
 - C) Aumentar os testes substantivos.
 - D) Diminuir os testes de controle.
 - E) Manter os testes substantivos.
27. O risco de amostragem em auditoria nos testes de procedimentos de comprovação pode ser assim classificado:
- A) Subavaliação e superavaliação da confiabilidade.
 - B) Aceitação incorreta e superavaliação da confiabilidade.
 - C) Superavaliação da confiabilidade e rejeição incorreta.
 - D) Rejeição incorreta e subavaliação da confiabilidade.
 - E) Rejeição incorreta e aceitação incorreta.
28. As verificações da existência de limites de autoridades e responsabilidades definidos, de segregação de funções, de limites de acesso físico a ativos e registros contábeis são alguns procedimentos aplicados pelo auditor independente de demonstrações contábeis, com a finalidade principal de:
- A) Determinar o risco de detecção.
 - B) Avaliar o ambiente de controle.
 - C) Elaborar relatório de recomendações.
 - D) Emitir relatório de revisão de ITR's.
 - E) Identificar partes relacionadas.
29. Indique o componente abaixo que **NÃO** está relacionado com a estrutura de controle interno de uma entidade:
- A) Risco de auditoria.
 - B) Controle das atividades.
 - C) Informação e comunicação.
 - D) Monitoração.
 - E) Avaliação do risco.



30. Alcione é tesoureira de uma empresa e, por problemas pessoais, apoderou-se de um cheque que acabara de receber de um cliente, depositando-o em sua conta particular. Apagou qualquer vestígio da entrada do cheque na tesouraria e procurou Generoso, o contador da empresa, contando o que fez e pedindo-lhe que não divulgasse a informação até que ela repusesse o dinheiro. Compadecido da amiga, mas não desejando praticar um ato antiético, o contador deverá:

- A) Debitar o valor correspondente ao cheque na rubrica Débito de Caixa e Crédito de Duplicatas a Receber em nome da tesouraria.
- B) **Levar o caso ao conhecimento da direção da empresa, tendo em vista a gravidade da situação, que ultrapassa o nível de competência do contador.**
- C) Agir conforme a prática contábil adequada à situação, registrando no diário o lançamento de Débito de Adiantamento a Funcionários e Crédito de Duplicatas a Receber.
- D) Procurar o setor jurídico da empresa para que legalmente seja encontrada uma solução relativa à atitude da tesouraria.
- E) Lançar provisoriamente o valor como Débito de Valores a Classificar e Crédito de Cheques em Trânsito, dando à colega o tempo necessário para repor o dinheiro.

31. Os papéis de trabalho devem seguir um padrão definido e claro. Com base nesta afirmação, assinale a opção que **NÃO** se constitui regra básica que deve ser observada na elaboração dos papéis de trabalho:

- A) Os papéis de trabalho devem ser limpos, claros e evidenciar a obediência às normas de auditoria.
- B) Os papéis de trabalho devem ser limpos, claros, corretos e sem erros matemáticos.
- C) **Os papéis de trabalho devem incluir todos os dados pertinentes, inclusive os irrelevantes.**
- D) Os papéis de trabalho devem ser concisos, limpos, claros e sem erros matemáticos e objetivos.
- E) Os papéis de trabalho devem ser limpos, claros, corretos e elaborados de forma sistemática e racional.

32. Para o auditor, um exemplo de papel de trabalho permanente é:

- A) Estatuto Social.
- B) Patrimônio Líquido.
- C) Revisão Analítica.
- D) Conferência de Cálculos.
- E) **Ajustes de Auditoria.**

33. Os papéis de trabalho de auditoria correntes são utilizados em:

- A) **Um exercício social.**
- B) Dois exercícios sociais.
- C) Três exercícios sociais.
- D) Quatro exercícios sociais.
- E) Mais de um exercício social.

34. O planejamento de auditoria deve considerar todos os fatores relevantes para a execução dos trabalhos. Assinale a opção que **NÃO** constitui um fator relevante para o planejamento de auditoria:

- A) Existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.
- B) **Riscos de auditoria.**
- C) Uso dos trabalhos dos especialistas.
- D) Prevenção de fraude e erro.
- E) Grau de confiança nos sistemas de controles internos.

35. O trabalho de auditoria segue um encadeamento lógico que é considerado como ponto de partida para que se obtenham evidências com qualidade dentro de um tempo adequado para as entidades, envolvendo as seguintes etapas:

- I. Planejamento dos trabalhos.
- II. Elaboração do relatório.
- III. Avaliação do controle interno.
- IV. Emissão do parecer.
- V. Elaboração do programa de trabalho.
- VI. Elaboração das folhas-mestre e analíticas.

A sequência **CORRETA** dessas etapas é:

- A) I – V – III – VI – IV – II.
- B) I – V – VI – III – II – IV.
- C) **III – I – V – VI – II – IV.**
- D) III – VI – I – V – IV – II.
- E) V – I – VI – II – III – IV.

36. São procedimentos a serem observados em um programa de auditoria das disponibilidades, **EXCETO**:

- A) Contagem de caixa.
- B) Circularização dos saldos bancários.
- C) *Cut-off* de cheques.
- D) Conferência de cálculos.
- E) **Verificação das contas incobráveis.**



37. A confirmação de assinaturas autorizadas é um procedimento usual de auditoria aplicado:

- A) Nos Investimentos.
- B) Nas Contas a Receber.
- C) No Ativo Imobilizado.
- D) No Disponível.**
- E) Nas Contas a Pagar.

38. A empresa "B" superavaliou o inventário inicial de mercadorias de revenda em 2.008. Nesse caso, diz-se que:

- A) O inventário final de mercadorias será subavaliado.
- B) O lucro líquido do período será subavaliado.**
- C) O custo das mercadorias vendidas será subavaliado.
- D) O lucro líquido do período será superavaliado.
- E) O inventário final de mercadorias será superavaliado.

39. A auditoria estabelece como escopo do trabalho o período das demonstrações financeiras. Indique qual das normas a seguir **NÃO** se refere ao período objeto da auditoria:

- A) Eventos subsequentes.**
- B) Transações com partes relacionadas.
- C) Carta de responsabilidade da administração.
- D) Amostragem estatística.
- E) Estimativas contábeis.

40. Como podem ser esclarecidas as ocorrências de eventos em termos de auditoria?

- A) Por meio de normas relativas ao parecer.
- B) Nota explicativa.**
- C) Papel de Trabalho.
- D) Confirmação.
- E) Emissão de opinião.



REDAÇÃO

Leia, a seguir, o ponto de vista de Antonio Delfim Netto sobre o Brasil, principalmente em relação ao potencial energético e alimentar:

SOLIDARIEDADE

Se há um país responsável pela preservação de condições básicas de alguma vida saudável em nosso planeta este país é o Brasil. Não obstante, continuamos a ser o alvo preferencial de críticas de um grande número de organismos supranacionais exatamente quanto aos métodos que utilizamos na exploração dos recursos naturais. Uma das mais recentes, totalmente precipitada e sem nenhuma demonstração empírica, foi a de que "a expansão do plantio de cana é responsável pelo desmatamento do cerrado brasileiro".

Trata-se de rematada tolice, pois é sabido que a cana-de-açúcar se expande em áreas do cerrado que já eram exploradas por outras atividades, como a pecuária. O Brasil construiu a matriz energética mais limpa do planeta Terra e hoje utiliza 40% de energia renovável. Os demais países usam 10% razoavelmente limpos, e 90% sujam. Continuamos investindo na ampliação da oferta da hidroenergia e somos dos mais eficientes do mundo na substituição por energia que gera menos emissões de CO₂ e, portanto, produz menor efeito sobre o aquecimento global.

Nem por isso deixamos de expandir a produção de alimentos, que está ajudando a aliviar a fome no mundo e garante a autonomia alimentar de nosso povo. Nos últimos cinco anos, aumentamos o volume físico das exportações de milho (180%), soja (70%), carne bovina (300%), carne de frango (200%) e produtos suínos (300%). E a produção de açúcar aumentou, ao mesmo tempo em que crescia a oferta do etanol.

O Brasil tem grande disponibilidade de terra, de mão-de-obra que se aperfeiçoa visivelmente e de tecnologia desenvolvida principalmente nos últimos 30 anos, desde a criação da Embrapa. Desenvolvida em nosso solo, com base nas condições do cerrado brasileiro, essa tecnologia dominou a agricultura tropical. O cerrado, que era "uma coisa inservível", transformou-se, por obra e graça das pesquisas da Embrapa, no maior ativo brasileiro e num grande acervo da humanidade.

Não avançamos muito apenas no uso da tecnologia para a solução dos nossos problemas vitais de energia e de alimentação. O Brasil vai além quando coloca à disposição de países mais pobres, na África e na Ásia, os resultados das pesquisas que possibilitaram a produção econômica de alimentos nas terras antes inóspitas dos cerrados. E, ainda, a tecnologia de desenvolvimento do etanol. Sem cobrança de royalties. É uma ação solidária importante, que nos diferencia do resto do mundo, onde nações desenvolvidas cobram fortunas para ceder um frasco de remédio que poderia evitar a mortandade pelo HIV nos países pobres.

Folha de S. Paulo – Opinião – 07 out. 2009.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Escreva-lhe uma **carta**, entre 15 e 20 linhas, concordando (total ou parcialmente) com o ponto de vista dele, ou discordando.

Se posicionar-se favoravelmente às ideias de Delfim Netto, você deve apresentar novos argumentos e não apenas repetir os dele. Se discordar, apresente contra-argumentos que sustentem a sua tese. (Sua carta NÃO deve ser assinada.)

SOBRE A REDAÇÃO

1. Estructure o texto da sua redação com um **mínimo de 15** e um **máximo de 20 linhas**.
2. Faça o rascunho no espaço reservado.
3. Transcreva o texto do rascunho para a FOLHA DE REDAÇÃO que lhe foi entregue em separado.
4. Não há necessidade de colocar título.
5. Não coloque o seu nome, nem a sua assinatura na FOLHA DE REDAÇÃO, nem faça marcas nela. A FOLHA DE REDAÇÃO já se encontra devidamente identificada.



EM BRANCO



EM BRANCO